



# Diário Oficial do **Município**

**Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu**

sexta-feira, 22 de maio de 2020

Ano VII - Edição nº 00539 | Caderno 1

## **Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu publica**



Praça Praca Jose Mariane | S/N | Boa Vista | Catu-Ba

[www.saaecatu.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.saaecatu.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
A1773164E3FE1BAD2CDE5AC8413A2B4F

## Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu

# SUMÁRIO

- DECISÃO - PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

# Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu

Pregão Presencial



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Autarquia Municipal

DECISÃO - PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ASSUNTO: DECISÃO - PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01-2020

PROCESSO ADM. Nº 37-2020

## I. RELATÓRIO

O Edital de Pregão Presencial nº 01/2020 foi publicado em Diário Oficial do Município, em 10 de março de 2020, disponível pelo prazo não inferior a 08 dias, em conformidade com que preceitua o inc. V do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

A referida licitação foi do tipo Menor Preço Por lote, com sessão de julgamento de Propostas e Habilitação no dia 31/03/2020 às 09 horas.

Na data e hora supracitada, reuniram – se o Pregoeiro e membros da equipe de apoio visando à aquisição de materiais de construção para atendimento à Divisão técnica do SAAE Catu-Ba, tendo participado as empresas, quais sejam: NILMACOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA representado por Nilton Alves de Almeida Filho, CPF 481.882.205-15 e TORPEDO DIST. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI representado por Hemerson Caetano dos Santos, CPF 801. 829.765-72.

Em sessão, após a fase de lances, a empresa **NILMACOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** foi classificada em 1º lugar por apresentar melhores preços em todos os lotes. Dando seguimento, durante a análise da documentação, de habilitação da empresa licitante, foi observado que a **Certidão de Falência e Concordata** apresentada estava vencida desde 2017, juntamente com pedido de **certidão nº 4225726 de 20.03.2020**.

A justificativa apresentada foi de que, em razão da pandemia – CONVID 19, o cartório responsável pela emissão do documento estava fechado, constando na documentação o pedido da referida certidão.

Sendo assim em razão de se tratar de empresa amparada pela Lei nº 123/2006 foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentação de nova certidão, sendo então declarada vencedora do certame fazendo vistas do tratamento diferenciado ora concedido. Não satisfeita com o resultado, a empresa TORPEDO DIST. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI manifestou intenção de interpor o presente recurso afim de inabilitar a empresa “vencedora.

Os atos relativos ao certame foram cientificados em 31/03/2020 às 10h32min. sendo que o recurso foi apresentado em 03/04/2020 pela empresa TORPEDO DIST. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, **tempestivamente**, apresentou recurso,

1

# Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Autarquia Municipal

informando que a empresa declarada vencedora encontra-se **desprovida de boa condição financeira** por apresentar **certidão de concordata e falência vencida desde 2017**, em desacordo com o princípio do instrumento convocatório, ao qual se sujeita todo licitante.

É o relatório.

## 2. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso encontra-se no prazo, conforme os termos do **art. 4º inciso XVIII da Lei 10.520/2002** que prevê o prazo de 3 (três) dias após a cientificação do fato que motivou o recurso.

## 3 – DA ANÁLISE DE MÉRITO

Compulsando nos autos, segue registrado em Ata de abertura de Sessão que após fase de lances a empresa NILMACOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA foi classificada para análise dos documentos de habilitação. Após verificação da presente documentação foi observado que a certidão de falência e concordata apresentada estava vencida desde 2017 e anexado à documentação pedido nº 4225726 datado de 20/03/2020 referente à presente certidão.

A empresa Licitante justificou, em sessão, que a ausência do documento foi motivada pelo fechamento dos cartórios em virtude da pandemia do **CORONA VÍRUS – CONVID 19 e por isso o serviço não havia sido processado**. A justifica foi aceita pelo Pregoeiro, que em observância à Lei nº 123/2006 no tocante ao tratamento diferenciado dispensado às Me (s) e EPP (s), concedeu prazo para apresentação de nova certidão no prazo de 5 dias úteis (prorrogáveis por igual período).

Ocorre que o citado dispositivo **não faz referência à extensão do tratamento diferenciado à comprovação da capacidade financeira do licitante**, se não vejamos:

Art. 43. **As microempresas e as empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, **será assegurado o prazo de cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública (...) (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

# Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Autarquia Municipal

A jurisprudência tem se posicionado de forma semelhante em julgados sobre o tema, por exemplo o Tribunal de Contas do Paraná considerou ilegal a regularização de certidão de falências no prazo concedido para a regularização fiscal tardia, nos termos do Acórdão nº. 1.788/15-P150:

Representação – Irregularidades em procedimento licitatório – Procedência parcial – Previsão de requisito de habilitação ilegal no edital – **Concessão indevida de novo prazo à empresa participante do certame para a apresentação de certidão negativa de falência e concordata válida** – Aplicação de multa administrativa aos responsáveis pelas irregularidades identificadas.

**Trecho do Voto:** “(...) Em relação à concessão de prazo pela Administração para a apresentação de certidão negativa de falências e concordatas à empresa inabilitada, (...), com base no artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2.006, essa foi irregular, haja vista que o dispositivo mencionado confere novo prazo para a apresentação de documentos

Ademais ficou evidente que a empresa não solicitou corretamente a mencionada certidão, detida análise do **pedido nº 4225726** nota-se que a certidão solicitada se tratava do tipo “**Ações cíveis – Pessoa Jurídica**”, impactando na geração de documento diverso do quanto solicitado em sede de edital, culminado na apresentação de certidão **com emissão superior a 90 dias representando grande afronta ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório**, assim vejamos:

## **IX – HABILITAÇÃO (...)**

**2 - Para a habilitação jurídica a licitante deverá apresentar: (...)**

**4.1.1 - Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante **com data de expedição máxima de 90 (noventa) dias anteriores** à realização desta licitação. (...)

**6 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto nesse título, INABILITARÁ a licitante. (Edital Pr1-2020, pág. 5-6).**

Diante do exposto, **verifica-se a total incongruência decisória, já que a empresa vencedora do certame haveria de ter sido declarada inabilitada.**

# Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Autarquia Municipal

## 5 – DA CONCLUSÃO

Face o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso, a fim de declarar inabilitada a empresa **NILMACOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** no processo licitatório **Pregão Presencial nº 01/2020**, diante das razões acima apontadas.

Dê ciência as Empresas participantes do certame da presente decisão.

Publique-se.

Catu-Ba, 15 de maio de 2020.

Américo da Silva Couto Neto  
Presidente

Daniela Pita dos Santos  
Membro de equipe de apoio

Renan Vasques dos Santos  
Membro de equipe de apoio

# Serviço Autônomo de Água E Esgoto Catu



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Autarquia Municipal**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PR1-2020

PROCESSO ADM. Nº 37-2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Catu no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação pertinente.

**R E S O L V E:**

Após conclusão de todas as etapas do processo licitatório PR1-2020 com base nas informações constantes do Processo de Licitação acima citado, considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93

## **NÃO HOMOLOGAR / NÃO ADJUDICAR**

o presente objeto em virtude dos vícios apontados e reconhecidos em sede de recurso, colocando em risco a finalidade do resultado útil do processo, qual seja, obter a proposta mais vantajosa para a administração (SAAE) no tocante ao objeto licitado, e determinar a ANULAÇÃO do referido certame, nos termos do Artigo 49 da Lei 8.666/93.

Catu, 22 de maio de 2020

Jose Mauro Pereira Filardi  
Diretor do SAAE de Catu